





**Relatório Executivo do Projeto  
Observatório das Dimensões da Competência em Informação nos  
Portais da Transparência dos Municípios da Região Imediata de  
Montes Claros (MG)**

**Análise do Portal da Transparência do Município de Mirabela**

Montes Claros (MG)  
2025

## **Apresentação**

O presente relatório consolida os resultados do projeto de implantação do Observatório da Competência em Informação, que realizou um diagnóstico abrangente dos portais da transparência dos municípios da região imediata de Montes Claros. O objetivo central foi mapear as informações disponibilizadas, identificar lacunas e propor melhorias concretas para o aprimoramento da transparência ativa na gestão municipal.

O estudo, que abrangeu 32 municípios, revelou um cenário com pontos consolidados e outros que demandam atenção prioritária. Identificou-se uma padronização positiva na divulgação de informações fundamentais da execução orçamentária e financeira, como receitas, despesas, licitações e contratos, demonstrando conformidade com as exigências legais basilares e fortalecendo a prestação de contas à sociedade. Contudo, constataram-se deficiências críticas em áreas estratégicas para o planejamento e o controle dos resultados da administração. A divulgação de informações sobre andamento de obras, prestação de contas detalhadas e instrumentos de planejamento, como o Plano Plurianual, mostrou-se insuficiente ou de difícil acesso. A indisponibilidade integral de alguns contratos e seus termos aditivos representa uma fragilidade significativa na gestão documental e na transparência dos gastos públicos.

A metodologia de análise foi estruturada em grupos temáticos: Receitas, Despesas, Convênios e Transferências, Recursos Humanos, Diárias, Licitações, Contratos, Obras, Prestação de Contas, Planejamento e Acessibilidade. Para cada grupo, foram definidos critérios específicos de avaliação, permitindo uma verificação objetiva da disponibilidade e da completude das informações no portal de transparência. O grupo Receitas analisou a divulgação da previsão e realização das receitas, a classificação orçamentária detalhada e a lista de inscritos em dívida ativa. O grupo Despesas verificou se os gastos estavam discriminados por categoria orçamentária, identificando beneficiários, bens ou serviços adquiridos e os procedimentos licitatórios correspondentes. O grupo Recursos Humanos avaliou a divulgação de servidores, remunerações, estagiários, terceirizados e concursos públicos.

Grupos como Licitações, Contratos e Obras tiveram como foco a disponibilização de documentos integrais, detalhamento de valores, prazos, aditivos e status das atividades. Nos grupos de Prestação de Contas e Planejamento, verificou-se a presença e a atualidade dos respectivos documentos oficiais, incluindo balanços, relatórios de gestão e leis orçamentárias. O grupo Acessibilidade analisou a presença de elementos de navegação acessíveis, como símbolos de acessibilidade, opções de alto contraste, redimensionamento de texto e mapa do site. Essa estrutura permitiu uma análise quantitativa e qualitativa, fornecendo uma visão clara sobre os pontos fortes e as lacunas na disponibilização de informações no portal.

Em conclusão, os resultados evidenciam que a simples disponibilização de dados não esgota o dever de transparência. É imperioso garantir que as informações sejam acessíveis, inteligíveis e estejam integradas em um contexto que permita seu efetivo uso para o controle social e para a melhoria da gestão. Neste sentido, o Observatório [www.observamg.com.br](http://www.observamg.com.br) se configura como uma ferramenta estratégica de apoio à administração pública, permitindo não apenas o monitoramento do nível de transparência, mas também a identificação de boas práticas e de áreas que requerem intervenção. A iniciativa reforça a necessidade de uma abordagem integrada, alinhando os conhecimentos da Gestão Pública, da Ciência da Informação e da Tecnologia da Informação, para desenvolver portais que cumpram plenamente seu papel como instrumentos de democracia, eficiência e boa governança.

Coordenação do Projeto ObservaMG.

# Análise do Portal da Transparência do Município de Mirabela

## 1. Sumário

A análise do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Mirabela considerou 45 critérios distribuídos entre os grupos de Receita, Despesa, Convênios e Transferências, Recursos Humanos, Diárias, Licitações, Contratos, Obras, Prestação de Contas, Planejamento e Acessibilidade.

**Do total de 45 critérios avaliados, 21 foram atendidos e 24 não foram atendidos, o que representa 47% de cumprimento e 53% de não atendimento.** Esse resultado indica a existência de informações relevantes já disponibilizadas, mas também a necessidade de aprimoramentos para garantir maior completude e padronização das publicações.

Em linhas gerais, os grupos com maior atendimento foram Receita, Despesa, Convênios e Transferências, Recursos Humanos e Prestação de Contas, que apresentaram informações estruturadas e atualizadas. Por outro lado, os grupos Licitações, Contratos, Obras e Planejamento apresentaram menor índice de divulgação, evidenciando lacunas em documentos complementares, dados de obras e publicações legais exigidas pela legislação vigente.

## 2. Análise Detalhada por Grupo

No grupo Receita, observou-se a divulgação da previsão e realização das receitas, bem como a classificação orçamentária por natureza, atendendo parcialmente às exigências de transparência. Entretanto, não foi disponibilizada a lista de inscritos em dívida ativa, o que limita a visualização da recuperação de créditos públicos.

O grupo Despesa apresentou informações detalhadas, contemplando a execução orçamentária, a identificação dos beneficiários e o procedimento licitatório correspondente. Essa divulgação favorece o acompanhamento da execução financeira do município.

Em Convênios e Transferências, verificou-se a publicação de dados sobre os recursos recebidos e repassados por meio de convênios, com valores, objetos e

origem. Contudo, não há divulgação sobre accordos que não envolvem repasse financeiro, o que reduz a transparência sobre parcerias institucionais.

No grupo Recursos Humanos, há divulgação da lista nominal de servidores e estagiários, bem como suas respectivas funções e cargos. Entretanto, ainda faltam informações sobre remuneração nominal, terceirizados e editais de concursos, elementos essenciais para a compreensão completa da gestão de pessoal.

No grupo Diárias, o portal divulga informações sobre beneficiários, cargos e motivos de deslocamento, mas não apresenta a tabela de valores praticados conforme a legislação local, o que dificultaria a comparação e o controle social.

O grupo Licitações apresentou grande número de critérios não atendidos, faltando a publicação de editais, documentos complementares e informações sobre dispensas e inexigibilidades. Também não há divulgação do plano anual de contratações, nem de sanções aplicadas a licitantes ou contratados, o que compromete a rastreabilidade dos processos de aquisição.

Em Contratos, há registro dos contratos firmados e de seus resumos, porém, não estão disponíveis os textos integrais, a relação de fiscais ou a ordem cronológica de pagamentos, o que dificulta o monitoramento da execução contratual.

No grupo Obras, não foram localizadas informações sobre etapas, quantitativos contratados ou executados, tampouco dados sobre obras paralisadas. Essa ausência prejudica a avaliação do andamento físico e financeiro das obras públicas municipais.

O grupo Prestação de Contas é um dos mais completos, com a publicação do balanço geral, relatórios de gestão e dos julgamentos do Tribunal de Contas e do Poder Legislativo. Essa divulgação contribui para a transparência contábil e institucional.

Por fim, o grupo Planejamento ainda apresenta fragilidades, com ausência das leis PPA, LDO e LOA e de objetivos estratégicos institucionais. Já no grupo Acessibilidade, o portal oferece recursos como contraste, redimensionamento de texto e mapa do site, embora ainda não apresente símbolo de acessibilidade.

### **3. Considerações Finais e Recomendações**

A avaliação do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Mirabela demonstra que, embora o município disponibilize parte significativa das informações obrigatórias, ainda há aspectos que demandam aprimoramento para atender plenamente às exigências legais e às boas práticas de transparência pública.

Recomenda-se ampliar a divulgação dos documentos relativos a licitações, contratos e obras, garantindo acesso ao inteiro teor dos editais, contratos e relatórios de execução. No campo do planejamento, é essencial publicar as leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA) e os indicadores de desempenho institucional. Também se sugere maior detalhamento nas informações sobre recursos humanos e diárias, com dados completos sobre remuneração e valores praticados.

A implementação dessas ações fortalecerá a gestão da informação pública, ampliando a clareza dos dados disponibilizados, favorecendo o controle social e contribuindo para uma administração mais transparente e eficiente.

**Conheça o Observatório do projeto:**

[www.observamg.com.br](http://www.observamg.com.br)